



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO OITENTA E TRÊS

Aos dois dias do mês de junho de 2021, pelas nove horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala dois do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09H00 - **Audição conjunta (Skype)** sobre a lei e os processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, requerimento do Grupo Parlamentar do BE, das Câmara Municipal do **Barreiro**; Câmara Municipal de **Castelo Branco**; Câmara Municipal de **Loures**; Câmara Municipal de **Matosinhos**; Câmara Municipal de **Odemira**; Câmara Municipal de **Odivelas**; Câmara Municipal do **Seixal**; Câmara Municipal de **Sesimbra**; Câmara Municipal de **Sintra**; Câmara Municipal de **Vila Franca de Xira**

10H30 - Audição conjunta (Skype) sobre a lei e os processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, com as especialistas Professora Doutora **Alexandra Paio** (ISCTE) e Professora Doutora **Isabel Raposo** (FAUL)

11H30 - **Audição (Skype)** sobre a lei e os processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, requerimento do Grupo Parlamentar do BE da Diretora-Geral da **Direção Geral do Território**, Dra. Fernanda Carmo.

ADITAMENTO À OT: Apreciação e votação das propostas do GP PAN ao artigos 30.º, 31.º, 45.º e 49.º do Regime Geral de Gestão de Resíduos no âmbito das Apreciações Parlamentares 36 e 38

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Hugo Pires (PS); Filipe Pacheco (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP).

- Suplentes:

Fernando Paulo Ferreira (PS); João Miguel Nicolau (PS); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); Maria Manuela Rola (BE); Paula Santos (PCP).

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS); Hugo Martins Carvalho (PSD); André Silva (PAN); Pedro Morais Soares (CDS/PP); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc).

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em

<https://canal.parlamento.pt/?cid=5512&title=audicao-conjunta-sobre-a-lei-e-os-processos-de-reconversao-das-areas-u>

<https://canal.parlamento.pt/?cid=5511&title=audicoes-conjuntas-sobre-a-lei-e-os-processos-de-reconversao-das-areas>

pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos, cumprimentando os membros da Comissão presentes em sala e on-line bem como os representantes das **Câmaras Municipais de Loures, Odivelas, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira**.

Foi concedida a palavra, para apresentação do requerimento sobre a lei e os processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, à Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)**. Seguidamente, os oradores convidados, usaram a palavra pela seguinte ordem:

Câmara Municipal de Odivelas – o **Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Arq. António Sousa**, considerou que modelo atual se encontra esgotado, os procedimentos que estão definidos não se compaginam com a outra legislação vigente. Importa definir como ultrapassar as situações de inércia dos proprietários. Referiu áreas de génese ilegal em espaço rural não ficam englobadas nesta lei, incompatibilidades entre AUGIs e PDMS e outras questões que as Câmaras não estão a conseguir ultrapassar.

Câmara Municipal de Sesimbra – a **Vice-Presidente Felícia Costa** e o **Coordenador da Equipa das AUGI, José Alexandrino**, referiram a morosidade dos processos AUGI. Efetuaram um ponto de situação dos processos em curso no concelho de Sesimbra, assinalando que, nalguns casos, houve necessidade que fazer alterações ao plano municipal e planos de pormenor. Relatório da DGT deve ser tomado em linha de conta, aditamento ao artigo 56.º- A é muito relevante. Quadro legislativo carece de melhoramentos. Art.º 70.º da Lei das AUGIs

Câmara Municipal de Sintra – A **Vereadora Ana Isabel Duarte** efetuou o ponto de situação dos processos em curso no concelho de Sintra. O **Chefe de Divisão** do Departamento de Gestão e Licenciamento de AUGI, Dr. **Bruno Pereira**, destacou a especificidade no concelho de Sintra, que se prende com os planos de reconversão do território AUGIs. Como era demasiado extenso, o Município permitiu operações de loteamento para reconversão, o que faz com que a legislação vigente não seja plenamente aplicável neste concelho. Complexidade jurídica e dificuldade de articulação com as equipas, reconhecida no relatório da DGT, seria importante simplificação de procedimentos.

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – O **Chefe de Divisão** de Planeamento e Ordenamento do Território, **Urbanista Ricardo Ramalho**, efetuou ponto de situação actual no concelho de Vila Franca de Xira e perspectiva para futuro. Deu nota da dificuldade de motivar os interessados a impulsionar os processos, sugerindo penalização para a falta de colaboração processual, nomeadamente através de IMI. Propôs que fosse repensada a existência de prazo e criados incentivos à adesão dos particulares envolvidos, para motivação à legalização.

Câmara Municipal de Loures – O **Vereador Paulo Rui Amado** referiu que não têm problemas de delimitar AUGIs mas têm, sim, problemas de servidão do aeroporto e auto-estradas que têm

dificultado os processos. A iniciativa particular está dificultada por razões de ordem financeira, apesar de regulamento de taxas municipais reduza a tributação nestes processos. Efetuou ponto de situação de processos em curso. Relativamente aos processos de iniciativa municipal ultrapassou-se a inércia dos particulares

Intervieram os Senhores **Deputados Filipe Pacheco (PS)**, **Filipa Roseta (PSD)**, **Deputado Maria Manuel Rolo (BE)** e **Deputada Paula Santos (PCP)**, após o que os oradores convidados usaram o tempo colocado à disposição para responder às questões endereçadas.

Foi feita uma interrupção das audições, sendo aditado à Ordem de Trabalhos um ponto sobre a ratificação do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, para aferição de uma eventual conexão material entre os artigos 30.º, 45.º e 49.º do Regime Geral de Gestão de Resíduos e a alteração aprovada ao artigo 36.º do mesmo regime, colocada pelo GP PAN. Anteriormente, havia sido estabelecido que as questões de alargamento de âmbito seriam decididas por unanimidade. Intervieram os Senhores **Deputados Nuno Fazenda (PS)**, **Bruno Coimbra (PSD)**, **Nelson Peralta (BE)**, **Deputada Alma Rivera (PCP)**, **Deputado João Nicolau (PS)** e **Deputada Paula Santos (PCP)**.

(Interrupção)

Após uma breve pausa, deu-se início à audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, das especialistas **Professora Doutora Alexandra Paio (ISCTE)** e **Professora Doutora Isabel Raposo (FAUL)** sobre a lei e os processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal. O requerimento foi introduzido pela Senhora **Deputada Filipa Roseta (PSD)**, seguindo a exposição inicial da 1.ª especialista convidada, **Professora Doutora Alexandra Paio**, que, entre outros aspectos, mencionou ser preciso pensar a coesão territorial a partir da escala de bairro, atender à necessidade da comunidade, de transportes públicos que evitem formar guetos, abordando ainda o direito à habitação e o direito à cidade, de qualificação de espaço público.

A **Professora Doutora Isabel Raposo (FAUL)** analisou alguns aspectos do relatório da DGT, cotejando com o trabalho que tem sido desenvolvido pela Gestual. Considerou essencial ter uma visão territorializada. Entre outros pontos, assinalou a incapacidade financeira muitas vezes limita a aplicação da lei das AUGI.

Seguiu-se a audição, a requerimento do GP BE, da **Diretora-Geral da Direção Geral do Território**, Fernanda do Carmo, sobre a lei e os processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Não é um problema de política pública unidimensional, pelo que tem de ser abordado na amplitude das suas diferentes vertentes – habitação, ocupação dos solos, ambiente, financiamento, fiscalidade. A Lei de Bases da Habitação aponta caminhos. Quadro legal tem de ser repensado à luz deste enquadramento mais abrangente. As soluções são locais, para situações que ocorreram há muito tempo. O universo encontra-se estabilizado, mas as soluções ao longo tempo foram muito diversas. As soluções são locais, responsabilidade muito grande dos municípios pois tem de ser a nível municipal que se conseguirá progredir.

Na ronda de intervenções, coube a palavra aos Senhores **Deputados Fernando Paulo Ferreira (PS)**, **Hugo Patricio Oliveira (PSD)**, **Maria Manuel Rola (BE)** e **Paula Santos (PCP)**, após o que as oradoras convidadas responderam às questões colocadas.

(Continuação)

Foi consensualizado proceder à votação das propostas de alteração aos artigos 30.º, 31.º 45.º e 49.º do Regime Geral de Gestão de Resíduos apresentadas pelo GP PAN, ao abrigo da interconexão material com a alteração aprovada ao n.º 2 do artigo 36.º. As propostas de alteração foram rejeitadas. A votação foi registada no guião anexo à informação constante da Ata 81, que dela faz parte integrante.

No ponto “**Outros assuntos**”, foi deliberado que baixasse ao Grupo de Trabalho de Audiências o pedido da Sociedade Ponto Verde e foi dada nota dos trabalhos futuros da Comissão, sendo a próxima reunião (Assuntos Gerais) agendada para 9 de junho, 11H00. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi concluída pelas 13H00.

Palácio de São Bento, 2 de junho de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



José Maria Cardoso

IG/